

SESSÕES DO PLENÁRIO

62ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de novembro de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (AD HOC)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em homenagem ao Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, proposta por esta deputada.

Convido, para compor a Mesa, o Sr. Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho da 5ª Região, Dr. Luís Carlos Gomes Carneiro Filho (palmas); a Sr.^a Subcoordenadora da Especializada Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, defensora Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo, representante do defensor público geral Clériston Cavalcante de Macêdo (palmas); o Sr. Rodrigo Rocha Guedes, assessor jurídico e representante da coordenadora da CAOCA (Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente) do Ministério Público, a promotora de Justiça Marly Barreto (palmas); a Sr.^a Liliane Tavares Santos, da Coordenação da Criança e do Adolescente, representando o secretário de Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, César Lisboa (palmas); a Sr.^a Membro do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares, Antônia Luzia Silva Santos, representante do presidente da associação e, também, representante da Associação de Conselheiros Titulares, Adão José Luz Filho (palmas); e a Sr.^a Conselheira Tutelar Antonisa Vieira Vale, representando os conselheiros tutelares (palmas).

Bem, eu sei que ela terá de se retirar logo após porque tem um compromisso na Câmara de Vereadores para uma sessão de debate sobre projetos na área da educação, mas convido, para fazer parte da Mesa, a vereadora e minha amiga Marta Rodrigues (palmas).

Convido a todos os presentes para ouvirmos, primeiro, o Hino da Bahia e, em seguida, o Hino Nacional dos Conselheiros Tutelares.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Agora, nós ouviremos o Hino Nacional dos Conselheiros Tutelares.

(Procede-se à execução do Hino Nacional dos Conselheiros Tutelares.) (Muitas palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Falarei da tribuna neste momento.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA:- Boa tarde a todas e a todos presentes à sessão especial em homenagem ao Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, cuja data

comemorativa foi no último dia 18 de novembro e foi instituída em 2007 pelo nosso ex-presidente, sempre presidente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (muitas palmas), fazendo jus a essa categoria tão importante para a nossa sociedade. Mas, de forma muito especial, desejo uma boa tarde aos conselheiros e às conselheiras tutelares do nosso estado.

É uma honra prestar esta homenagem a um trabalho tão importante que os senhores e as senhoras realizam e desenvolvem a cada dia e em cada local. Portanto, esta, inicialmente, é a minha saudação àqueles que, hoje, nos fazem estar aqui homenageando-os.

Cumprimento a Sr.^a Vereadora da cidade de Salvador, minha amiga Marta Rodrigues (palmas), pois esta vereadora está, sempre e também, na luta em favor da criança e do adolescente; e o Sr. Procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho da 5^a Região, Luís Carlos Gomes Carneiro Filho e já agradecemos a sua presença.

Cumprimento a Sr.^a Subcoordenadora da Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, a defensora Gisele Aguiar Ribeiro Argolo, representando o defensor público geral Clériston Cavalcante de Macêdo; o Sr. Assessor Jurídico, Rodrigo Rocha Guedes, representante da coordenadora da CAOCA do Ministério Público e promotora de Justiça, Marly Barreto; a Sr.^a Técnica da Coordenação da Criança e Adolescente, Eliane Tavares Santos, representante do secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, César Lisboa. Ele me telefonou dizendo que não podia estar aqui hoje, pois ele gostaria muito de estar aqui prestando esta homenagem, mas tinha compromisso já assumido.

E nós só conseguimos a autorização para realizar esta sessão porque ela se transformou de uma sessão ordinária em uma sessão especial no final da semana passada. Então, portanto, o nosso prazo, ainda com o feriado pelo meio, acabou sendo muito difícil para a gente realizar esta sessão com a importância e com a presença muito mais volumosa dos conselheiros tutelares e esta sessão acontece junto a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. E ainda me parece que há, também, a capacitação e o treinamento na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos para os conselheiros tutelares. Então acabou acontecendo tudo junto.

Gostaria de saudar, também, a senhora membro do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares, que representa também o presidente da Associação de Conselheiros Tutelares, Adão José Lúcio Filho, e a nossa amiga Antônia Luzia Silva Santos. (Palmas) Obrigada, Antônia. Saúdo a nossa conselheira tutelar Antonisa Vieira que representa todos os conselheiros tutelares aqui de Salvador, da Região Metropolitana e do Estado da Bahia, já que Antonisa, durante tantos anos, esteve nesta luta e continua até hoje na luta em favor das crianças e adolescentes.

Gostaria de saudar os jovens, crianças e adolescentes da Fundação Dr. Jesus. Estamos aguardando do deputado...

(O Sr. Pastor Sargento Isidório adentra ao Plenário.) (Palmas)

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA:- Deputado Isidório, eu não tinha quem me substituísse na Mesa. Por favor, V. Ex.^a faça isso e ocupe o meu lugar,

porque é de praxe a gente ter sempre um deputado sentado. Mas como não tinha outro para me substituir, eu tive que vir. Na hora, V. Ex.^a ainda não tinha chegado.

(O Sr. Pastor Sargento Isidório assume a Mesa.)

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA:- Agradeço as presenças dos jovens que estão aqui hoje e que representam aquele projeto que V. Ex.^a acompanha, coordena e preside com tanta dedicação e esforço. Nós sabemos que, a cada dia, a sua presença nesta Casa mostra isso e traz para a população esta sua vontade de servir, servir ao nosso povo, principalmente aos nossos jovens e adolescentes.

Gostaria de falar dos conselheiros tutelares.

Talvez muitos dos que estão aqui não saibam, mas eu tive o privilégio, lá atrás, na década de 1990, de ter sido a primeira secretária de Ação Social de Salvador no então governo de Fernando José. Ele fez uma reforma administrativa na cidade, me convidou e disse que só criaria a Secretaria de Ação Social se eu aceitasse ser secretária. Eu lhe respondi dizendo ser engenheira de formação como poderia ser secretária de Ação Social? Mara, nossa ex-secretária, dizia: “É um absurdo uma coisa dessa, ou seja, engenheira virar Secretária de Ação Social?!” E ele disse: “Só crio a secretaria se você aceitar.”

À época, eu coordenava um projeto chamado Parceria Comunitária, que era um projeto de realização de atividades na cidade, de ações na cidade de mãos dadas com a população. O poder público de mãos dadas com a sociedade, construindo, melhorando a vida, fazendo escadarias, drenagens, pavimentações, contenções de encostas, melhorando casas, etc. Era um projeto de meia dúzia de malucos na prefeitura que não conseguiam mais dizer não, porque a cidade não tinha dinheiro ou recursos para fazer quase nada. Naquele momento, Salvador estava muito mais difícil. Tinha havido uma grande enchente, um grande alagamento. Tivemos, àquela ocasião, mortos, mais de 100 pessoas, uma quantidade enorme de pessoas.

E, aí, foi o momento. Eu virei secretária de Ação Social, Antônia. Criamos. Isso foi exatamente quando se aprovou o ECA. Tive o privilégio de estar lá junto e criar o primeiro Conselho da Criança e do Adolescente da Bahia. Esse foi o conselho de Salvador. Era um conselho deliberativo naquele momento e presidido por uma pessoa escolhida dentre os pares do conselho. Eu tive o privilégio de ser escolhida como presidenta do conselho, mas pelos pares do conselho e não por ser secretária e, também, criar o primeiro Conselho Tutelar da Bahia. Então, em Salvador, naquele primeiro momento, a gente conseguiu criar um primeiro conselho.

Isso já se vão anos. Tenho agora o privilégio de, nesta data, vir aqui homenagear pelo trabalho que vocês realizam no dia a dia. Então, vocês não sabiam disso, mas me deram enorme alegria poder hoje estar aqui fazendo esta homenagem pelo trabalho que vocês realizam no dia a dia.

Para essa função, foi criada em 13/07/1990 pela Lei Federal n.º 8.069/90 que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Àquele momento, houve a dificuldade de convencer a cidade da necessidade desde mudar a nomenclatura de como eram chamadas as crianças, porque nossas crianças eram crianças, as crianças dos bairros periféricos, da população eram os menores. Não era assim? Os nossos filhos podiam

ficar na rua, mas os filhos da população mais carente não podiam estar na rua e eram apreendidos e levados, quase como levado preso.

Então, portanto, acho que naquele momento o Estatuto reconhece, se conquista uma coisa tão importante que foi reconhecer que a criança tinha direito à cidadania, garantia à cidadania, garantir direitos de ter direitos, portanto, reconhecendo as crianças como sujeitos de direito.

Portanto, o trabalho que vocês desenvolvem é com certeza a preservação e a construção do nosso futuro enquanto sociedade. Vocês fiscalizam, nos municípios, o cumprimento dos direitos fundamentais das nossas crianças e dos nossos adolescentes como o direito à vida, o direito à saúde, à dignidade, à liberdade, à educação.

Esse atendimento à criança e ao adolescente em situação de ameaça ou de violação de direitos, seja pela família, seja pela sociedade ou pelo estado, esse acolhimento e a implantação de medidas preventivas a esses jovens.

Sem dúvida, é um trabalho que exige muita dedicação, muita responsabilidade e muita habilidade para lidar com situações que, com certeza, muitos difíceis que vocês vivenciam a cada dia.

É imaginável uma criança violentada não ter muito aonde ir, ou seja, ter dificuldades de como fazer esse encaminhamento, como resolver o problema dessa criança. Você resolve naquele momento. E, à frente, ou seja, o como se resolve o problema no futuro? Aonde levar essa criança e de que forma? Ainda mais sem os instrumentos do ponto de vista de garantir as estruturas necessárias para vocês trabalharem e desenvolverem as ações concretas no dia a dia.

Nós estivemos vendo que, hoje, o Brasil tem aproximadamente 30 mil profissionais atuando nessa área. São notícias que nós temos e elas são dadas pela Associação dos Conselheiros Tutelares e ex-conselheiros, pois, hoje, a gente tem 100% de cobertura nos 417 municípios da Bahia, uma vez que todos eles possuem Conselho Tutelar.

Que bom seria e eu disse, nesse instante, à imprensa ser importante mobilizar. A ideia de fazer essa homenagem a vocês é também dar transparência – está sendo transmitida, ao vivo, pela TV Assembleia –, dar transparência, mostrar para a sociedade a importância do que vocês fazem, do que vocês realizam, porque, às vezes, muitos nem têm conhecimento da importância desse conselho. E sensibilizar os prefeitos, vereadores para a necessidade de dar o apoio que vocês precisam, garantir as condições que vocês precisam para poder desenvolver esse trabalho, desenvolver com qualidade, fornecer as condições, portanto, para que essas...

Conversávamos há pouco, também, da necessidade, ainda, de resolver algumas pendências com alguns projetos de lei que estão no Congresso Nacional, para garantir, por exemplo, piso salarial, para garantir igualdade de tratamento em todos os municípios. E isso só poderá ser feito com a legislação federal, caso contrário não tem como os municípios, em condições tão desiguais, poderem arcar, às vezes, com esses custos. É preciso que isso seja realizado.

Acho que cuidar das nossas crianças, como eu dizia, cuidar do futuro... Mas acho que nós temos, neste momento que nós estamos vivenciando no Brasil, e o que

vai acontecer a partir do dia 1º de janeiro neste país... Uma das coisas é a luta – e aí vocês, enquanto conselheiros tutelares, e nós, enquanto sociedade como um todo – contra a redução da maioridade penal. Eu acho que esse é o nosso desafio: impedir que isso aconteça. (Palmas)

Nós não podemos aceitar que algo que foi uma luta da sociedade brasileira para garantir direitos às nossas crianças, aos nossos adolescentes, nós tenhamos, agora, a perspectiva de redução. Vai reduzir essa maioridade para quem? Quem será violentado? Quem será vitimado? Serão, com certeza, os jovens negros da nossa periferia. E a gente não pode permitir que isso aconteça. Então, acho que esse é o nosso desafio.

E eu termino minha fala dizendo a vocês, conselheiros e conselheiras que aqui estão, e de forma muito especial a esses jovens, meninos e meninas adolescentes que estão aqui, da necessidade de que essa seja uma luta em prol de vocês, em prol de garantir direitos para todos vocês. E é com isso que eu parabeno os conselheiros tutelares e digo a essa categoria tão importante, Mara: contém comigo! (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Devolvo a presidência para a nossa querida deputada Maria del Carmen e peço a ela que também me seja dado um espaço.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Passo a palavra ao Ex.^{mo} Sr. Deputado Estadual, hoje deputado estadual, mas já eleito deputado federal, com a maior votação da Bahia, o nosso Pastor Sargento Isidório. (Palmas)

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Glórias a Deus!

Boa tarde a todos e a todas. E eu costumo saudar a todos com a paz do Senhor Jesus!

(O Plenário responde: “Amém!”)

Porque a paz do Senhor Jesus não é privativa de evangélico nem de crente. A paz do Senhor é para todos, independentemente das nossas religiões. Bem como lerei a *Bíblia*, que, de novo, não é privativa de evangélico nem de crente. O povo precisa entender que a *Bíblia* não é só do evangélico nem do crente, é de todos. Aí o Salmo 33 diz; “*Oh, quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união*”. E diz que onde tem a união, Deus ordena a benção e a vida para sempre. Onde há a união, Deus ordena a benção e a vida para sempre.

Mui digna deputada Maria del Carmen, para mim é um prazer e talvez suspeito por estar com V. Ex.^a, aqui neste Parlamento, e, é claro, aprendendo a ser digno, aprendendo a ser deputado, aprendendo a ser sensível com seu jeito de viver, seu jeito muito humilde. A gente se conhece das lutas, das militâncias, do sofrimento, das lutas contra as desigualdades.

É claro que o meu perfil, para quem não me conhece bem de perto, me compara aí com um bocado de outras coisas. E eu também não me preocupo com o que acham de mim, eu me preocupo muito com o que Deus sabe de mim. Essa é a

minha preocupação 24 horas: o que é que Deus acha de mim, o que é que Ele vê em mim, o que é que Ele sabe de mim.

Mas, eu quero parabenizar esse Parlamento, parabenizar as mulheres, que eu já estive ali também na introdução dos 21 dias pelo fim da violência contra a mulher. E que eu não concordo com essa história de 21 dias: tem de ser 365 contra a violência e de respeito às mulheres, (palmas) porque homem que é homem, ele não desrespeita a mulher em nenhum momento, em nenhum segundo. A gente sabe que tem hora que as mulheres também vêm para cima. Eu que o diga. Minha mulher não é brinquedo, minha mulher é braba, é grossa. O braço de minha mulher (risos)... Mas com esse negócio de Maria da Penha a gente já fica cabreiro. Mas, não haverá de precisar da Maria da Penha para o homem respeitar mulher, porque mulher, ela sobrepõe a humanidade, porque Deus tira a mulher da costela do homem por preocupação de não ter de tirar ela da terra. Por isso que tirou primeiro o “coisa” mais brabo, para depois... Porque quem vem da terra... Ele faz o pó, sopra, puf!: é o homem. A mulher, Ele teve cuidado. Deus teve tanto cuidado com as mulheres que disse: “Não posso tirar de terra, não. Vou tirar da costela de um sujeito desse”. E não é para ficar ao lado, ficar atrás. Mulheres, elas vão à frente, mulheres não ocupam lugares de homens, mulheres ocupam os seus lugares. Por isso que a partir das mulheres é que se faz a humanidade toda, porque se não viesse a mulher, não estaríamos aqui. Então, a mulher, ela é virtuosa, ela excede os valores de rubis.

E aí nós tivemos o Dia da Consciência Negra, não é isso? Eu costumo cantar aqui: “Branquinhos, pretinhos e amarelinhos, nós somos amigos, somos irmãos”. Mas, quero aproveitar essa homenagem aos conselheiros tutelares e lamentar a ausência deles. E aí repito, a mulher muito atuante que é V. Ex.^a... V. Ex.^a podia ter feito isso aqui em véspera de eleição, com fita eleitoral. Mas V. Ex.^a é uma mulher tão digna que terminou a eleição e V. Ex.^a continua se preocupando com as camadas importantes da sociedade, (palmas) mesmo que essas camadas cobrem, cobrem, cobrem e não cobram de si mesmas. Porque eu tenho a certeza de que V. Ex.^a convidou... Eu conheço mais ou menos, eu tenho inveja do gabinete, da montagem do seu gabinete, da estrutura, como age V. Ex.^a. E não sou puxa-saco, está entendendo? Às vezes até puxo um saquinho, mas não tenho motivos de puxar o saco. É o que é realmente V. Ex.^a.

Então eu quero lamentar a ausência dessas pessoas tão importantes, desses profissionais tão importantes e injustiçados que são os conselheiros tutelares. Eles são tão importantes quanto injustiçados. Mas lamento, sim. Isso aqui era para estar cheio, sim. E vocês que vieram aqui, aguerridos, que tiveram tempo para representar a si próprios, para marcar a honradez que vocês merecem...

Porque trabalhar com menor é uma coisa séria. É injusto, inclusive. Porque quando dá um problema, o promotor e o juiz querem bulir é com vocês, querem punir a gente. E a gente é quem está como Irmã Dulce, tratando, recebendo.

Esse povo que está aqui mesmo, não está internado na Fundação. Porque vocês leem o Diário Oficial, veem a imprensa dizendo isso e aquilo. É bom até que quem nunca foi na Fundação vá à Fundação. Esses menores, elas e eles, são menores que

estão ameaçados de morte pelos traficantes, segundo eles que chegam sozinhos ou sozinhas e os pais que os levam feridos, às vezes, que os tomam das mãos, já espancados, dos traficantes querendo matar. Aí eu não tenho como dizer: “Vá embora!”. Mas eu não tenho a estrutura do ECA. Não tenho aquela coisa toda e que só é no papel, que a gente procura e não tem em lugar nenhum. Tudo é, na verdade, uma hipocrisia desgraçada. Se tivesse, as mães não levariam essas crianças para mim, porque lá trabalho com pau, porrete, facão e digo que mato, que mordo, que arranco o ovo, mas é tudo teatro para eles não bagunçarem naquele lugar. Porque violentados eles vêm da rua. E eles e elas estão aí. Se eu estiver mentindo, eles têm liberdade para levantar e dizer. Violentados eles vêm da rua. Violentados pela falta de escrúpulos da política nacional, da corrupção nacional, que lhes tirou o direito à educação, de lazer, de esporte e eles também perderam um pouco da obediência, porque, no fundo, no fundo, aí não tem inocente nenhum. Aí não tem ninguém inocente. Inocente está em casa: “Benção, meu pai”, “Benção, minha mãe”, “Cheguei da escola”, “Estou indo para a escola”. Então não tem inocente, porque inocente não vai para a maconha, não larga a casa, não vai para as drogas. Todo mundo aí é por desobediência ao pai e à mãe, mas não justifica serem violentados. Não justifica o Estado – e quando eu falo o Estado não é o da Bahia não –, o Estado federado, a nação, abandonar esses a quem faltou ações sociais, faltou-lhes o direito ao direito.

Agora querer cobrar de conselheiros tutelares que trabalham praticamente feito Irmãs Dulces, feito assistentes sociais, sem direito a nada, uma disputa tremenda, uma falta de reconhecimento. O conselheiro tutelar era para ser mantido na folha de pagamento do Estado, era para organizar, dar todos os cursos necessários por causa da importância e da dificuldade que é se trabalhar com essa juventude.

Está tudo bonitinho aí, bonitinha, mas é por causa do meu jeito mesmo, duro mesmo. Eu digo: “Se bagunçar aqui, eu bagunço também!”, porque quando larga livre demais perece.

Ainda ontem estava a viatura da Polícia Federal lá em casa, vocês viram, não é? Eu não estava, estava numa reunião com o governador. E a policial ligando porque tinha um deles – desses não. Um menor, um tal menor – na pista bagunçando, porque não quis ficar lá. E aí vai para a pista bagunçar. E foi, parece, furtar alguma coisa e a polícia pegou.

Então não são crianças. É bom eu deixar a notícia aqui que para mantê-los lá – e o muro é aberto, não estão presos nem trancados –, ainda estou sendo multado agora em R\$ 108 mil. O juiz atendeu um promotor, um integrante do Ministério Público – um integrante, porque o Ministério Público é coisa boa –, um dos seus integrantes, que está me perseguindo, querendo tirá-los de lá e até agora não tiraram ninguém. E me parece que eles não querem ir. E aí o juiz que foi lá para fechar a minha Fundação, quando conheceu a Fundação mudou toda a sentença. Disse: “Promotor, para eu tirar eles daqui eu preciso que o senhor diga onde vou botá-los. E para não entrar mais aqui, o senhor precisa dizer para onde é que eu vou mandar, porque está chegando ali agora um menor com o pai e a mãe”. Na hora em que o juiz estava lá, estava chegando um menor furado na perna.

Então quem demanda tirar tem que dizer onde bota e quem demanda não entrar tem que dizer onde vai botar. E aqui é qualquer hora, porque moro com minha esposa, deputada. Eu vou receber a senhora, Deus vai levar a senhora lá, mesmo que a senhora não goste de mim, mas Deus vai lhe levar na Fundação. A senhora um dia vai entrar por aquela porta. Nem que os anjos lhe carreguem para a senhora ver como todos os meus inimigos, que antes de conhecer o trabalho eram inimigos, depois que conhecem passam a entender. Então aproveitou aquele juiz e disse: “Então eu não vou mais manter a sentença porque eu não conheço outro lugar igual aqui”. Resultado: o juiz saiu de férias. Aí aquele promotor aproveitou o substituto, levou o mesmo processo, e esse juiz substituto, sem conhecer a nossa casa, nos multou em R\$ 108 mil. Alguém como eu que tem 1.318 pessoas, 560 o estado convenia... E é bom dizer que desde junho, desde junho não recebo um tostão do estado. É bom dizer porque tem gente que pensa que eu faço aquele trabalho por causa de dinheiro. Não faço, não. Faço aquele trabalho porque sou um deles, eu também desobedeci meu pai e minha mãe, fui para o álcool, fui para as drogas, virei um bocado de coisa ruim, mas Deus mudou a minha vida e está mudando a deles. Aí em vez de ter ajuda, a gente está sendo prejudicado.

Quero aproveitar para convidar todas as autoridades que estão nessa Mesa Diretora: mesmo que ouçam falar mal, vão lá! É bom primeiro ver, porque tomar decisão... Um procurador agora mandou tirar eles de lá, que têm que sair de lá, agora não diz para onde leva. Quer dizer, quer que eu bote para fora. Então estou denunciando. Como é que vou pegar esses meninos e meninas e botar para fora porque um procurador quer que bote para fora e não diz onde vai botar, gente? Estou mentindo? Vocês da Fundação, fiquem em pé aí, os jovens! Vocês estão presos lá?

(Os jovens respondem: “Não!”)

Tem arame farpado, tem muro?

(Os jovens respondem: “Não!”)

Eles e elas estão lá por que querem sair das drogas, porque eles e elas entenderam que podem ser o príncipe, a princesa; podem ser os doutores, as doutoras do amanhã; os deputados, as deputadas do amanhã.

Por isso que eles seguem o meu horário de acordar, de dormir, porque o que a gente exige lá é o que qualquer pai e mãe exige, porque se a gente largar livre não mudam de vida.

Então, eu estou pedindo, aproveitando, a V. Ex.^a e aos conselheiros que nos visitem. E se conhecer esse procurador que está fazendo isso e aquele juiz que deu essa sentença... Eu vou tirar de onde? Eu tenho 1.300 e tantos internos e o convênio do estado é para 560, e desde junho que eu não recebo. Onde é que eu vou achar dinheiro para pagar R\$ 106,00 de multa?

Então, eu quero concluir cantando uma música em homenagem a V. Ex.^a, à Mesa Diretora e a todos os conselheiros e conselheiras.

Quero dar um abraço na minha secretária Mara, que estava ali também, maravilhosa, e nos ajudou muito.

Eu preciso de você, você precisa de mim, nós precisamos de Cristo até o fim, sem cessar, sem parar, sem vacilar, sem tremer e sem chorar.

Vamos cantar? Tocar baixinho, viu velho!

(Procede-se à apresentação musical.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Obrigada, deputado. V. Ex.^a agora, por favor, tome assento na Mesa, se puder ficar aqui conosco ainda.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Eu concedo a palavra ao representante dos conselheiros tutelares, Antonisia Vieira, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a ANTONISIA VIEIRA:- Boa tarde, é com muita satisfação.

Sou conselheira tutelar, fui durante 8 anos e estou de volta ao conselho tutelar de novo. Sou conselheira tutelar de Salvador. Fiquei, assim, muito feliz quando Antônio falou para a gente que estava fazendo essa sessão. E quando a deputada abraçou!... Aí, assim, a gente fica um pouco triste. Feliz pelo dia da comemoração, mas triste pelo pouco tempo para a gente mobilizar.

Em nossos encontros, normalmente, os conselhos tutelares da Bahia, a gente normalmente tem 500, 600. Porque, infelizmente, nós dependemos também da prefeitura, e nós temos alguns prefeitos que não têm um pingão de sensibilidade nessa questão, a exemplo de Salvador, onde a gente... Nós temos 90 conselheiros tutelares em Salvador e quando tem um evento fora do estado vai um representante de cada conselho. Imaginem, de 90 vão 18! Uma estrutura mínima para a gente participar de qualquer evento.

E no interior não é diferente quando nós chamamos. Aí, quando a gente tem feriado na quinta-feira, feriado prolongado, como os conselheiros se mobilizarem para estar aqui? Por coincidência, nós temos hoje em Salvador a Conferência da Criança e do Adolescente, que é outra capacitação em que nós estamos. Os conselhos tutelares estão sempre em capacitação, estão sempre sendo capacitados, tendo muitas outras coisas, para poder estar sempre se aperfeiçoando, porque todo dia há coisas diferentes, a lei vai mudando, entraram várias leis, e vai mudando a vida das nossas crianças e nossos adolescentes.

A gente, pensando em Salvador, nós temos 18 conselhos tutelares, numa situação, hoje, de muitos conselhos precários. Esta semana nós tivemos o exemplo de um conselho tutelar que o teto está caindo e por pouco a gente não tem um acidente muito maior com alguns conselheiros, ou até em atendimento, porque caiu o teto de uma sala inteira.

Então, se a gente ficar o tempo todo criticando, colocando, mesmo assim lutando com todas dificuldades... E quando chega o dia 18, comemoração, o Dia do Conselho Tutelar! Muitas pessoas não conhecem e nem sabem o que é o conselho tutelar. Muitas vezes somos colocados como policiais. Infelizmente, na educação acontece isso quando qualquer criança/adolescente reclama dos seus direitos.

Porque nossas crianças são violentas na escola. Quando eles não têm um espaço para brincar, então eles vão fazer de qualquer forma. E, aí, a direção da escola diz assim: “Vou chamar o conselho tutelar”. Não sabendo a direção da escola que o conselho tutelar é para garantir os direitos de criança/adolescente, não para punir. Nós somos chamadas na escola... muitas vezes já teve direção de escola que disse assim: “Não chamo mais o conselho tutelar porque ela chega aqui e dá ousadia para os meninos”. Quando chega na escola e a gente entende que o direito deles está sendo violado, realmente devemos dar... nós não vamos dar ousadia a eles não, nós vamos tentar garantir o direito deles.

É que a criança tem o direito de ser respeitada, tem o direito e também a obrigação de respeitar, mas tem que ser respeitada naquele momento. Não tem espaço para brincar, não tem o direito, não é? Muitos professores olham para eles e dizem assim: “No final do mês vou ter meu salário e acabou.” Quando eu escuto isso da direção da escola eu digo o quê para ela? É a criança que está errada ou é o profissional que está lá e não tem a maneira de saber que aquela criança muitas vezes é violentada na sua casa, vai para a escola, muitas vezes, com fome? E nós, conselheiros tutelares, muitas vezes nos encontramos nessa situação.

E chegar uma criança/adolescente a nosso conselho e a gente ficar o dia inteiro com ele para tomar providência, e a gente ter que, quando tem, fazer uma vaquinha entre os conselheiros tutelares colegas para dar o almoço dele, porque no conselho não tem.

Muitas vezes nós fazemos tudo isso e somos vistos como assistencialistas. Somos! Porque tem muitas vezes que os pais chegam ao conselho tutelar e não tem a passagem, por exemplo, para ir no Ministério Público. Muitas vezes tem que usar o carro do conselho e falta combustível, mas somos conselheiros tutelares. Uma vez conselheiros tutelares, sempre conselheiros tutelares. Que diga Jenaide, que está aí.

Fui 8 anos conselheira tutelar, quando o mandato era de 3 anos. Tive dois mandatos de quatro. Hoje, a lei diz que são quatro mandatos. Era suplente e, hoje, estou assumindo o conselho tutelar em virtude de doença de um colega nosso que está doente, não tem plano de saúde e não tem nenhum direito. Mas assistencialista é o conselho tutelar.

Eu estava me lembrando que Zezéu Ribeiro, que foi vereador de Salvador e não está mais entre a gente, foi o primeiro vereador que pensou na questão do direito trabalhista dos conselhos tutelares. Aí, eu digo assim: “Assistente social não era, era engenheiro, arquiteto, urbanista, mas que também pensou na questão da criança e do adolescente.”

Nós viemos lutando alguns momentos, tivemos uma luta muito grande com a Acteba, ficamos 6 anos ganhando o mesmo subsídio. Entramos no Ministério Público do Trabalho para que garantisse o direito nosso. Era descontado o INSS e não era repassado. Tudo foi uma luta. E nós estamos aí há quantos anos sem ter reajuste, conselheiros tutelares? A lei diz que é para ser reajustado conforme o funcionalismo municipal. Mas Salvador já tem mais de 4 anos que não tem reajuste. Mas, mesmo assim, deixamos de ser conselheiros tutelares? Não. Estamos na luta e seremos

conselheiros tutelares sempre, lutando sem sede, sem carro. Têm 11 conselhos sem carros, mas estamos na luta, e vamos continuar na luta.

Agradecer à deputada por ter a sensibilidade e, já de antemão, pedir que no próximo ano, com fé em Nosso Senhor Jesus Cristo, a gente consiga fazer uma sessão com esta Casa cheia de conselheiros tutelares, com momentos mais rápidos que a gente tenha para mobilizar. E pedir também que a gente consiga, nessa luta toda, que Salvador e o estado da Bahia consigam. Nós temos todos os conselhos tutelares, mas se a gente for visitar cada um, cada um tem uma dificuldade maior do que o outro.

Mas não vamos deixar de ser conselheiros, lutando, porque no próximo ano terá eleição do conselho tutelar e estaremos na luta novamente.

Obrigada pela oportunidade. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Concedo a palavra a Antônia Luzia Silva Santos, bacharel em Direito, membro do Fórum Colegiado Nacional dos Conselheiros Tutelares, representando Adão José Luz Filho, presidente da Associação de Conselheiros Tutelares e Ex-Conselheiros do Estado da Bahia.

A Sr.^a ANTÔNIA LUZIA SILVA SANTOS:- Boa tarde a todos e a todas.

É em nome do nosso presidente, Adão Luz, que por motivo de força maior não se faz presente, que ele é da cidade de Poções. Ele traz um abraço a todos. Já cumprimentando a deputada Maria del Carmen, companheira que já fez o seu registro aqui de ter contribuído há muito tempo com os conselhos tutelares.

Também há 3 anos, deputada, a senhora realizou uma sessão também em homenagem aos conselheiros tutelares. Então, é preciso fazer esse registro dessa dedicação desse mandato da senhora para com os conselhos tutelares.

Quero cumprimentar, aqui, a Mesa na pessoa do Dr. Rodrigues Guedes, representando Dr.^a Marli Barreto, que é coordenadora do CAOCA do Ministério Público, que é um grande parceiro nosso; agradecer ao Ministério Público do Trabalho na pessoa de Dr. Luís, extensivo ao assessor que se encontra; e a Dr.^a Virgínia e a todos os promotores, todos os procuradores do Estado da Bahia que têm feito um trabalho muito importante e parceiro nosso dos conselhos tutelares.

Cumprimentar Dr.^a Gisele, representando a Defensoria Pública do Estado da Bahia, que tem um trabalho muito importante. É uma pena que nós não tenhamos Defensoria Pública em todos os municípios; cumprimentar Liliane, representando a Secretaria de Justiça. Liliane que é uma parceira, com quem a gente trabalhou. Registrar aqui, também, a necessidade de estarmos mais próximos.

Levar nosso cumprimento a Dr. Cezar, gostaríamos muito de contar com ele em qualquer um dos eventos da Acteba, que sempre que ele estiver presente que a gente registre a necessidade dessa participação dele como secretário; cumprimentar Antonisia Vieira, que foi minha colega, junto com Kate, lá no Conselho Tutelar de Itapuã. Eu digo que ser conselheira tutelar foi, para mim, o melhor local de trabalho, que me deu várias oportunidades.

Quero agradecer, mais uma vez, a Maria e toda equipe pelo apoio.

Não posso deixar de cumprimentar aqui Mara Moraes, a pessoa por quem tenho o máximo carinho e uma companheira de longas datas, que eu não chamo companheira, com quem eu tive a felicidade de trabalhar quando era secretária de estado, de ser assessora do gabinete dela. É uma pessoa que cada dia que eu passo, que a gente passa, convive com ela, a gente aprende muito mais, por ser uma pessoa tão humana e tão especial. Muito obrigada por estar aqui conosco, Mara. (Palmas) Para a gente é uma honra; Marli Carraro, que está aí.

E agradecer, também, a todos pela participação e também à equipe do deputado Isidório, porque para a gente é importante a participação de todos.

Vejo algumas conselheiras tutelares... infelizmente, o número de conselheiros tutelares aqui, como Antonisia já justificou, é pouco por conta do tempo para a programação. Nós temos, hoje, os conselhos tutelares na Bahia, contudo, a distância e o deslocamento... e, também, durante esses dias, além do feriado, os secretários – que a maioria dos conselhos tutelares está vinculada a Assistência Social – estavam aqui, buscando melhorias em relação ao SUAS. Então, não tiveram condições de dar liberação das diárias dos conselheiros tutelares, mas eles estão acompanhando e nós estamos aqui como representante dos conselhos tutelares.

E, deputada, quando a gente fala da sessão especial, é muito importante a gente ter uma sessão especial, ter um momento deste, ter uma mesa seleta de representatividade de órgãos parceiros, já que...

Justificando a ausência de Dr. Arnaldo Lemos, que é corregedor do Tribunal de Justiça, que está em audiência; Dr. Salomão Resedá está viajando; justificar também a de Jailton, que é presidente do Coegemas, Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado da Bahia, que tem feito grande parceria conosco, com os conselhos tutelares, já que os conselhos estão vinculados a assistência social. Ele estava aqui ontem, mas teve que voltar para o município de Amargosa; e, também, de Helena, da Unicef, que está na conferência municipal.

Então, são vários eventos acontecendo simultaneamente e por conta disso a gente tem um número reduzido de participantes. Mas o importante não é quantidade, é a qualidade, e com certeza a senhora está demarcando o território, está fazendo uma homenagem aos conselheiros tutelares.

E hoje pela manhã, nos grupos de Conselhos Tutelares, a gente falava sobre a homenagem e um conselheiro da Bacia do Jacuípe disse o seguinte: “Nós não queremos homenagem, Antônia. Nós queremos condições de trabalho para responder à sociedade. Nós queremos ter condições para dizer a dona Maria que a filha dela que foi abusada sexualmente... a gente fez uma intervenção e o processo dessa menina que foi abusada sexualmente se encontra ainda tramitando, a criança foi retirada do seio da família e o agressor continua dentro de casa.” Nós estamos falando da morosidade da justiça.

O Conselho Tutelar por si só não dá conta, por conta da incompletude dos serviços. Não adianta ter Conselhos Tutelares se não tivermos uma rede fortalecida.

Se o Ministério Público, como órgão importante, competente, não denunciar, se o sistema de justiça e o juiz não responsabilizar aquele agressor.

Então, ser conselheiro tutelar hoje, no Brasil, na Bahia, é um imenso desafio. E são essas pessoas que estão, a cada dia, todos os dias, a cada momento sendo expostas a diversos riscos para garantir direitos de crianças e adolescentes, contudo não são valorizados nos seus municípios.

Infelizmente nós temos muito pouco a comemorar nesta data. Nós já tivemos avanços. É interessante, sim, a gente lembrar, deputada, o dia do Conselheiro Tutelar, dia 18 de novembro, que foi instituído em 2007, e a gente precisa dizer que foi pelo então presidente Lula, mas o estatuto foi criado em 1990. Uma Comissão de Conselheiros Tutelares criou esse Fórum e hoje eu tenho a honra e responsabilidade de representar os Conselhos Tutelares da Bahia em nível nacional. Um representante de cada estado formou uma comissão e pautou as atribuições dos Conselhos Tutelares no seu dia-a-dia, na prática, isso foi em 1999. Em 2001 foi uma proposta nossa, não minha, porque eu não estava naquele momento, mas de Natalete, de Ana Elisabeth, de outros percussores daqui da Bahia, que discutiam a data 18 de novembro como Dia Nacional do Conselheiro Tutelar. E só em 2007, através de um Projeto de Lei de um deputado de Alagoas, Givaldo Carimbão, conseguiu-se instituir o dia do Conselheiro Tutelar. E hoje nós comemoramos o dia do Conselheiro Tutelar, que é uma homenagem e um reconhecimento, mas não é só homenagear, nós precisamos...

E eu sinto falta de diversos deputados aqui neste momento para também, e aí eu vou pegando a fala do deputado Isidório, a gente precisa que a Assembleia contribua com projetos e propostas para fortalecimento dos Conselhos Tutelares, já que a maioria dos municípios não vão dar conta...

E aí a gente percebe, para não demorar muito, porque tem vários parceiros na Mesa e a gente precisa ouvir. Vou trazer só uma pesquisa muito rápida, que nós fizemos este ano, que a associação realizou junto com o Fórum dos Conselhos Tutelares da Bahia. Hoje, nós temos 449 conselhos tutelares implantados, totalizando 100% de cobertura, faz-se necessário dizer que o Ministério Público do Estado, o MP, contribuiu bastante em 2008 para universalizar os conselhos tutelares e a Associação estava ali *pari passu*, na época a Dr.^a Lícia, Dr. Lidivaldo Brito, e eu também naquela época junto com o conselho, não é Antonisa? Fortalecendo, e a gente conseguiu universalizar os conselhos tutelares. Nós temos hoje oito conselhos em Salvador, três em Vitória da Conquista, dois em Tucano, dois em Teixeira de Freitas, três em Ilhéus, dois em Itabuna, dois em Camaçari, quatro em Feira de Santana, dois em Mucuri, dois em Belmonte, dois em Porto Seguro, e agora São Francisco do Conde também conta com dois conselhos tutelares.

Mas não é só a implantação dos conselhos, nós temos diversos desafios e o maior desafio nosso é a valorização do Conselho e do conselheiro tutelar. Primeiro a sociedade precisa saber o que é o Conselho Tutelar, qual a sua importância, quais são as suas atribuições, o que ele veio fazer, porque segundo Edson Sêda que é um dos redatores do estatuto da Criança e do Adolescente, o conselho tutelar é o elo entre a sociedade e o estado, é aquele que quando há uma violação de direito tem que fazer uma intervenção para garantir os direitos. Mas como ele vai fazer uma intervenção se

muitas vezes ele não tem estrutura suficiente para garantir? Não tem um veículo, não tem um telefone, as vezes os móveis estão todos acabados e destruídos, as pessoas não reconhecem os conselheiros tutelares como se fossem atores importante no município, porque é uma autoridade no município. E aí tem a falta da retaguarda, muitas vezes a rede não dialoga. Tem uma discussão, mas que muitas vezes não envolve o Conselho Tutelar.

Tem infelizmente... e aí eu sinto falta do Ceca que também foi convidado para este momento que é o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente que é muito ausente, que precisa estar mais próximo uma vez que os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente não estão funcionando nos municípios e são órgãos de controle. Quando é o Conselho Tutelar que não funciona, abre-se procedimento no Ministério Público e eles são processados, mas os Conselhos de Direito, que são os órgãos deliberativos formuladores de políticas públicas não funcionam e não tomam providência. Então, há uma ausência do Ceca, do Conselho Estadual.

Também desafios são as distorções das atribuições do Conselho Tutelar, como Antonisa falou. Muitas vezes é considerado o Conselho Tutelar como se fosse da polícia, como se fosse o velho do saco, mas o Conselho Tutelar é um órgão de defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente. Nós precisamos empoderar os conselheiros tutelares, nós precisamos de capacitação: capacitação continuada, permanente e de qualidade. Agora as Escolas de Conselhos Tutelares estão funcionando e precisam funcionar que é um projeto – não é Mara Moraes?–, que desde 2004, 2008 nós discutíamos e hoje está sendo materializado...

Eu sinto falta, sim, dos conselheiros tutelares que estão na Escola de Conselhos, no curso, que poderiam estar aqui, porque eu entendo que aqui é um espaço de formação. (Palmas) Eu não posso distanciar o Conselho Tutelar fazendo formação hoje, tendo uma sessão especial para discutir situações do Conselho Tutelar e eles não estarem presentes! Para mim é uma parte de formação, também, estar aqui.

Precisamos alinhar mais, nós precisamos estar mais próximos da Coordenação da Infância e do Adolescente do estado. Existe uma Coordenação da Criança e do Adolescente e precisamos trabalhar *pari passu*. Precisamos centralizar as discussões da criança e do adolescente dentro dessa coordenação! Essa coordenação precisa ser a porta-voz das discussões da criança e do adolescente no estado da Bahia, porque daí vamos discutir criança e adolescente em todos os âmbitos do estado.

O SIPIA, que é um sistema de informação para a infância e a juventude, parece com caviar, porque todo mundo só faz falar, mas a gente não consegue ver. E nós temos diversas dificuldades para a implantação, os Conselhos Tutelares não estão estruturados, se não tem estrutura, não tem telefone, não tem computador, não tem internet com velocidade, obviamente, o sistema não vai funcionar! Por quê? Porque é o único sistema que vai dar um raio-x da estatística da situação da criança e adolescente na Bahia e no Brasil, e nós não temos esse sistema funcionando! A Bahia fica muito distante, já houve vários investimentos, mas não conseguimos avançar!

E aí, para falar dos Conselhos Tutelares, desses conselheiros, desses homens e mulheres que dedicam a sua vida em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente, que recebem a pior remuneração do Brasil. Os conselheiros tutelares garantem direitos de crianças e adolescentes, mas muitas vezes eles saem de casa e deixam os seus filhos com seus direitos violados, porque muitas vezes não têm nem alimentação! São conselheiros tutelares ganhando um salário mínimo bruto, que ainda vai ser descontado para ficar trabalhando 24 horas, praticamente, porque no interior nós temos plantões de Conselhos Tutelares.

A escala é excessiva! Nós precisamos discutir isso! Nós precisamos dialogar com o Ministério Público do Trabalho, eu já vinha conversando com o Dr. Luís, nós precisamos intensificar. É um ator importante, nós precisamos valorizar esses conselheiros, nós temos vários conselheiros tutelares adoecidos, conselheiros tutelares com depressão, porque quando atendem a um caso de abuso e exploração sexual, eles não conseguem deixar ali, quando saem do Conselho, acabam levando os problemas para casa, e são seres humanos. Não tem psicólogo, não tem equipe para acompanhar esses conselheiros, para zelar por esses cuidadores que estão aí colocando a sua vida em risco, descendo, subindo vielas, guetos, favelas, se expondo, e o máximo que recebem é um processo.

É muito desumano estar hoje conselheiro tutelar. É um orgulho ser, mas nós precisamos discutir aqui na Assembleia também. Nós precisamos valorizar esses conselheiros tutelares que estão na ponta, porque nós estamos falando de garantia de direitos!

E a pesquisa que a gente traz é mais ou menos assim, é um cenário. Infelizmente os conselheiros de todos os municípios não responderam, dos 417 municípios, 156 responderam; dos 449 conselhos, 160 responderam à pesquisa: 37% dos municípios e 36% dos conselhos.

E aí a gente vê as demandas que são encaminhadas para os Conselhos Tutelares que não estão no rol das atribuições.

E a primeira pergunta: o conselho tutelar recebe solicitação de realização de estudo social? Sim, ele recebe, 61% dizem que não, mas 39% dizem que sim. Quer dizer que juízes e promotores estão demandando do Conselho Tutelar atribuições que não são do Conselho Tutelar, estudo social é atribuição típica da assistente social e não do Conselho Tutelar. Quando eles demandam, demandam com prazo para os conselheiros tutelares resolverem e mandarem para eles.

O Conselho Tutelar recebe solicitação para fiscalizar bares, boates e não é atribuição do Conselho Tutelar. Ele tem o poder de requisitar, o poder de representar, mas temos aí diversos juízes, infelizmente, na Bahia, emitindo portarias, criando novas atribuições para os conselheiros tutelares como se os conselheiros tutelares fossem *boys* e não aquele órgão que requisita serviço, então 54% recebem essa solicitação e o Ministério Público precisa estar a *pari passu* acompanhando e fiscalizando esse papel.

Os Conselhos Tutelares são solicitados para acompanhar a oitiva do adolescente na delegacia, 86% dizem que sim. Quando o adolescente comete um ato

infracional é responsabilidade da polícia, o conselho tem que ir lá verificar se estão violando o direito da criança e não participar da oitiva como se fosse obrigatório. Aí eu sinto falta da Segurança Pública para a gente discutir isso e essa discussão tem que vir da Coordenação da Criança e Adolescente chamando esses órgãos, chamando esses atores para dizer: não, vamos começar a discutir o direito da criança e do adolescente e o que está no estatuto e o Conselho Estadual também. O Conselho Estadual é responsável pelas atribuições e autonomia do Conselho Tutelar.

E a gente percebe em relação aos Conselhos Tutelares que estão dentro da administração pública, já que o conselho integra o município através de uma secretaria, 88% estão na Secretaria Municipal de Assistência Social; 7% na Secretaria de Administração; 3% no Gabinete do prefeito e 2% em outras secretarias.

Infelizmente, a Secretaria de Assistência Social é que tem menos recursos, mas se o gestor entender que o conselho tutelar é importante para o município, é o braço direito, não vai importar onde ele esteja, ele vai ter que ter uma rubrica específica para funcionar, porque quando o Conselho Tutelar pede uma estrutura não é para os conselheiros, mas para a comunidade. Quando a comunidade vai no Conselho Tutelar como aqui em Salvador, vê que está caindo aos pedaços, que não tem uma cadeira para sentar, não tem um veículo para atender a comunidade, não é para os conselheiros tutelares, é para a comunidade que está ali precisando e a comunidade precisa saber disso, precisa estar empoderada para lutar junto com os conselhos tutelares e os conselheiros para mudar essa realidade.

Os conselheiros tutelares são convocados muitas vezes, coagidos eu diria, tanto pelo Ministério Público, pelo Judiciário, pela delegacia para que conduza o adolescente para cumprir medida socioeducativa, isso não é papel do Conselho Tutelar, é papel da Fundac, é papel da Segurança Pública, o adolescente já foi sentenciado para cumprir medida, não é responsabilidade do Conselho Tutelar e eles acabam trazendo esses adolescentes para cumprir medida aqui em Salvador na Caasa, em Feira de Santana, em Simões Filho, quer dizer, está desvirtuando uma atribuição dele. E o pior é que muitas vezes é feito por um juiz, por um promotor, por um delegado. Muitas vezes, o próprio CMDCA aceita e, se o conselho tutelar não fizer essa atribuição, que não é sua atribuição, pode abrir um procedimento. Essa é a realidade dos conselhos tutelares da Bahia.

Pode passar. (Procede-se à apresentação de slide.)

E a gente vem para a remuneração: 57% dos conselheiros tutelares recebem um salário mínimo; 38%, de um a dois salários; 5%, de dois a três salários mínimos; e acima de três salários, 2%. Ainda pedem dedicação exclusiva para os conselheiros tutelares.

Pode passar. (Procede-se à apresentação de slide.)

Dos direitos sociais que foram inseridos com a Lei 12.696, pelo menos o décimo terceiro, férias e licença-maternidade estão sendo assegurados, mas no caso das diárias para os conselheiros tutelares se deslocarem para os cursos de capacitação, participarem dos eventos, infelizmente a gente tem aí 50% dos municípios que contribuem; os outros tantos, não.

E a gente pergunta: os conselhos tutelares cumprem as demandas que não estão no rol das atribuições e são enviadas pelos órgãos, aquelas de conduzir o adolescente para cumprir medida socioeducativa, para fazer oitivas? 65%, às vezes; 27%, não; 7%, sim; os demais não responderam. Mas muitas vezes...

Pode passar, por favor. (Procede-se à apresentação de slide.)

(...) Mas muitas vezes eles sofrem com isso, são coagidos, e a gente precisa muitas vezes que a associação faça a intervenção para que eles não sejam responsabilizados.

Nós tivemos avanços, sim. Nós temos diversas parcerias, não podemos deixar de registrar a parceria que temos com o Ministério Público: podemos encaminhar as demandas para o Ministério Público para que tenham resolutividade. Mas infelizmente temos um índice muito pequeno... muito...é... Em relação às dificuldades do Ministério Público, em relação ao quantitativo de promotores nos municípios, a rotatividade é muito grande, de titulares e substitutos. Isso afeta sobremodo o atendimento no conselho tutelar.

Nós temos uma parceria com o colegiado de gestores da Assistência Social, que hoje é Jailton, que vem intensificando para que a gente possa trabalhar *pari passu* com os municípios, dizendo que o conselho tutelar não está ali para brigar com o gestor. O conselho tutelar está ali para garantir os direitos de crianças e adolescentes, ele é o braço direito da gestão no que tange à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Então a gente vem participando das reuniões do Coegemas junto com os secretários, que têm feito uma intervenção muito bacana, assim como o Ministério Público do Trabalho, assim como a Defensoria Pública, como o governo do estado.

A ACTEBA tem realizado três encontros em nível de estado, fora os encontros territoriais, e isso vem ajudando na formação dos conselheiros tutelares, emitindo notas técnicas, pareceres, justamente para contribuir fazendo intervenção, quando necessária, em relação à garantia da autonomia e ao cumprimento das reais atribuições dos conselhos tutelares.

No próximo ano, teremos um processo de escolha para o conselho tutelar, que é um processo unificado. Nós precisamos discutir já esse processo de escolha, porque esse processo tinha só a data, mas infelizmente muitos municípios não cumpriram a data. No ano passado, Rodrigo, nós discutíamos com a Dr.^a Márcia Guedes, que era coordenadora da infância e até deixou aqui um abraço para todos, nós discutíamos... a gente precisa começar a discutir junto com a Coordenação da Criança e do Adolescente, junto com o CECA, junto com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça sobre o processo de escolha porque a partir de abril já temos que começar a deflagrar esse processo, que será no dia... na primeira semana de outubro, será a eleição para conselheiros tutelares.

Precisamos colocar pessoas comprometidas com a causa, mas precisamos valorizar, porque em 2015, deputada, vários municípios não tiveram o número suficiente de conselheiros tutelares candidatos porque ninguém quer ganhar um salário mínimo, ficar brigando com a gestão e no final do ano, quando sair do

mandato, ninguém querer saber quem é o conselheiro tutelar, que mora em uma cidade pequena. Então nós temos esses desafios para enfrentar, é necessário ter a união.

Em relação ao kit equipage, que é um kit dado pelos deputados federais e senadores, avançou bastante, é um avanço que a maioria dos municípios já conseguiram, mas nós precisamos, deputada, fazer uma emenda e pensar também como o estado da Bahia pode contribuir para a estruturação dos conselhos tutelares, já que o governo federal tem esse kit de equipage, que vem com um veículo, com um bebedouro, com uma impressora, com cinco computadores. Então já ajuda o município, nós precisamos trazer, pelo menos assim, algum tipo de ajuda, de contribuição para os conselhos tutelares.

Pode passar. (Procede-se à apresentação de slide.)

Eu quero mais uma vez agradecer a todos por essa oportunidade neste momento, agradecer aos parceiros e dizer, Rodrigo, que a gente vai precisar alinhar e conversar bastante, como te falei; assim como ao Dr. Luiz, com quem a gente está dialogando, espera aí para a gente continuar a pensar naquela possibilidade que a gente conversou antes, do fortalecimento dos conselhos tutelares; à Dr.^a Gisele, representando a Defensoria Pública; Liliane, Coordenação da Infância e Juventude da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, nós precisamos alinhar; e também à deputada Maria del Carmen, nosso abraço, nosso compromisso, muitíssimo obrigada por esta oportunidade. Em nome do nosso presidente, Adão Luz, agradeço a todos os presentes, mais um abraço a vocês, que Deus nos abençoe. Pensem sempre que o conselho tutelar é um órgão extremamente importante. Eu deixo essa frase: “Crianças, adolescentes e conselheiros tutelares têm direito a ter direitos.” (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Concedo a palavra a Liliane Tavares Santos, representante do secretário Cézar Lisboa, mas antes queria registrar a presença do deputado Bira Corôa, convidá-lo para a Mesa. No momento que quiser falar, também quiser fazer uso da palavra, está à disposição.

Queria registrar a presença e agradecer a Valter Sarmiento, chefe de gabinete do CREA, de meu amigo Luizão, como a gente o chama, meu colega, engenheiro também.

Liliane, por favor.

A Sr.^a LILIANE TAVARES SANTOS:- Boa tarde a todos e todas, quero saudar a Mesa em nome da conselheira tutelar Antonisia Vieira. Eu sou Liliane, estou aqui representando a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos em nome do secretário Cézar Lisboa.

Tem um textozinho para eu ler aqui para vocês, está bom? Mas, de antemão, eu quero dizer que todos os conselheiros e conselheiras tutelares... com certeza, o papel de vocês é superimportante porque os pais, as mães, tios, tias e avós que estão com crianças e adolescentes com direitos violados contam muito com a presença física de

vocês para, de fato, garantir os direitos dessas crianças e adolescentes que o tempo todo estão sendo violados, seja na família, principalmente, porque a gente sabe disso, seja na escola e na própria sociedade também. Então o papel de vocês é uma coisa muito importante para a sociedade, para a família e para as crianças e adolescentes da nossa cidade, do nosso Brasil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) introduz na legislação brasileira (com seu art. 5º) o tema da violação de direitos de crianças e adolescentes. Apesar de se condenar todo esse tipo de violação, passados 28 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, essa violação ainda é muito significativa. No cumprimento dessa determinação legal, e considerando os indicadores sociais nesta área da criança e do adolescente, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos estabeleceu uma prioridade, que é a proteção dessa criança e desse adolescente. Vem, no enfrentamento às mais diferentes e piores formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes, buscando desenvolver e aprimorar estratégias para assegurar essa proteção.

Para assegurar essa proteção, a secretaria adotou o fortalecimento do sistema de garantia de direito e de capacitação dos conselheiros tutelares através da Escola de Conselhos do Estado da Bahia. Esses conselheiros, os conselheiros tutelares... o seu papel fundamental é zelar pelos direitos das crianças e adolescentes.

Já foi dito aqui que o estado da Bahia tem 100% de cobertura de conselhos tutelares, mas ressalto mais uma vez que, mesmo com esse 100%, ainda existe a insuficiência de estruturação dos conselhos tutelares; também a falta de capacitação dos conselheiros tutelares, principalmente dos que estão atuando neste mandato, alguns já vão sair em 2020, mas infelizmente existem ainda conselheiros que precisam ser capacitados. A própria estrutura também, a gente fala de Salvador, mas uma outra colega antecipou que nos próprios conselhos tutelares de vários municípios... tem alguns que nem têm lugar para atender à criança e ao adolescente, e aqui em Salvador a gente sabe que isso também acontece, infelizmente. E é um órgão de extrema necessidade para poder acolher, para poder zelar pelos direitos dessas crianças e adolescentes.

Para atender essa necessidade, essas dificuldades que os conselheiros tutelares têm, a secretaria, através da Coordenação da Criança e do Adolescente, implantou a Escola de Conselhos, que está viabilizando a capacitação nos 417 municípios, nos 449 conselhos tutelares, com o curso de capacitação continuada. Começamos em outubro; no dia 15 de outubro, fizemos a abertura da capacitação dos conselheiros tutelares, englobando o primeiro polo, que é o polo Salvador. O polo Salvador atende cinco Territórios de Identidades. Esses cinco territórios de identidade, no total, são 95 municípios. Então, são: território do Litoral Norte e Agreste Baiano, Recôncavo, Baixo Sul, Semiárido Nordeste II e Região Metropolitana.

Nós abrimos a inscrição para todos os conselheiros tutelares e conselheiros de direito. Salvador teve um percentual pequeno de participação, da inscrição dos conselheiros tutelares; os outros territórios tiveram mais participação do que Salvador. No total, de outubro até agora – hoje mesmo está acontecendo a capacitação –, mais ou menos 200 conselheiros tutelares e de direito estão sendo capacitados pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

A Escola de Conselhos está dividida em cinco polos para capacitar todos os conselheiros tutelares e de direito também. Está sendo dividida entre o Polo de Barreiras, que aí vai agregar uma quantidade de municípios; Juazeiro; Vitória da Conquista; Itabuna; Feira de Santana; e o Polo Salvador, que já está acontecendo a capacitação, que eu ressalto que já engloba esses cinco territórios de identidade.

A importância e a verdadeira disseminação social, jurídica e institucional dos Conselhos Tutelares, e o alcance social das tarefas que lhe cabem, bem como dos poderes e das responsabilidades que lhe são delegadas para cumpri-las, impõem que os conselheiros recebam capacitação para realizar um trabalho social eficaz e efetivo para fazer mudanças concretas e garantir a consolidação dos resultados positivos, na perspectiva da proteção integral de crianças e adolescentes e de garantia de seus direitos e deveres.

Então, gente, retorno a dizer, vocês estão de parabéns, porque uma vez conselheiro tutelar – conselheiro e conselheira tutelar –, sempre vai ser conselheiro tutelar. São pessoas, com certeza, que abraçam. Cada criança, cada adolescente e família que vocês atendem, com certeza essas famílias agregam em vocês muita importância para que eles possam continuar a ter os seus direitos garantidos.

Então, eu quero parabenizar todos os conselheiros e conselheiras tutelares do estado da Bahia e, principalmente, as conselheiras que estão aqui presentes, que vieram nessa homenagem tão bonita, tão especial promulgada pela deputada Maria del Carmen, estimulada pela ex-conselheira tutelar Antônia Santos.

É com imenso prazer... E a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social está de portas abertas para agregar com vocês, juntos, a caminhada para defender os direitos de crianças e adolescentes do nosso estado da Bahia.

Muito obrigada pela oportunidade.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Queria registrar e agradecer a presença de Reginaldo Ada, Associação lá de Massaranduba; Itapagipe – porque Itapagipe tem várias associações, né? AMAI, Rede Campi, membro da Rede Campi; Enaide... Curuzu, lá da Lagoa da Paixão; Sebastião, lá de Cosme de Farias, liderança lá da região de Cosme de Farias, do Vale do Matatu; Cleide Rezende, presidente do Conselho da Mulher de Lauro de Freitas; Madalena Noronha, presidente do Conselho da Mulher de Salvador, não está aqui; Elza Sandra, lá da Boca do Rio; Roberto Ribeiro, da Fazenda Grande; Dió, lá de Itapagipe; Fernanda; Marli Carrara, nossa coordenadora da União por Moradia; Bebeto, lá do Jardim Cajazeiras e Pau da Lima; Rita Sabadele, da Frente de Luta pela Moradia; Eduardo, lá da Boa Vista de São Caetano. São lideranças que estão aqui conosco hoje. Se eu esqueci o nome de alguém, cita aí para mim.

Vou passar agora a palavra para a Dr.^a Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo, defensora pública, subcoordenadora da especialidade defesa dos direitos da criança e do adolescente, representante do defensor público-geral, Clériston Cavalcante de Macêdo.

A Sr.^a GISELE AGUIAR RIBEIRO PEREIRA ARGOLO:- Boa tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da deputada Maria del Carmen; quero cumprimentar todos os conselheiros tutelares e os presentes, na pessoa da conselheira tutelar Antonisia Vieira.

Eu vou só pedir para fazer uma consideração, deputada, porque com a sua manifestação, com relação à redução da maioria, e a do deputado, aqui, falando da hipocrisia do ECA, eu, como defensora pública, me sinto até à vontade para fazer algumas considerações, até porque é a Defensoria Pública que está muitas vezes nos processos judiciais fazendo a defesa dos direitos dessas crianças e desses adolescentes, seja no ato infracional, quando eles cometem algum ato infracional, seja entrando com uma ação para garantir a educação – porque ainda temos que fazer isso, seja de creche, seja de ensino fundamental – ou nas ações de destituição e suspensão do poder familiar, entre outras.

Hoje, o ECA já vai fazer 28 anos, e falam em modificar o ECA. Aí, eu pergunto: “Vão modificar o que, se ele ainda não foi efetivado?” Então, hoje, querem a redução da maioria, querem o aumento do tempo de internação, mas, infelizmente, toda parte protetiva do ECA, seja saúde, seja educação. Porque quantas ações a Defensoria tem que entrar para garantir o direito à educação?! Ou seja, lazer. Onde já se viu criança e adolescente sem lazer?! Como dizia a minha avó: “Cabeça vazia é oficina do diabo.” Então temos que ficar muito atentos.

Aproveito esse momento, sim, aqui na Casa Legislativa, para chamar a atenção dos deputados, porque temos que ficar atentos para os retrocessos que estão por vir.

Mas hoje é dia de alegria, não é isso? Então, parabeno a deputada Maria del Carmen por essa audiência pública, pois eventos como este solidificam a importância dos conselheiros tutelares.

Quero parabenizar aqui os conselheiros tutelares pelo seu dia. E dizer que vocês têm que comemorar, mesmo!

Costumo dizer, no dia a dia dos processos, que vocês são a primeira porta de entrada do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente; que vocês gozam, junto às suas comunidades, de grande respeito e credibilidade, como instrumento de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O conselheiro tutelar, no exercício de suas atribuições, que vão desde o aconselhamento dos pais, responsáveis e professores até a requisição de serviços públicos e o encaminhamento aos órgãos e instituições de garantia, até a atuação nas notícias de qualquer infração de direito, seja de violência física, psicológica, sexual, negligência e abandono contra essas crianças e adolescentes...

Essas são algumas das atribuições dos conselheiros tutelares. Só que para realizar o seu exercício, precisa de equipamento e estrutura para atender satisfatoriamente a demanda da sociedade. Então, fica aqui um registro da Defensoria Pública do Estado da Bahia: sem uma quantidade suficiente de conselheiros tutelares, assim como sem equipamento e sem estrutura nos conselhos, os conselheiros ficam de mãos atadas, na garantia dos direitos das nossas crianças e adolescentes.

Desejo a todos uma excelente audiência pública e acho, realmente, que nós devemos, como Antônia falou aqui... É uma semana de comemoração, sim! Mas também é uma semana de reflexão para o estado, sejam os municípios ou o próprio estado.

Obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Obrigada, Dr.^a Gisele.
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Passo a palavra ao deputado Bira Corôa, meu amigo, companheiro de caminhada nesta Casa – nesta semana, ainda, da Consciência Negra –, ele que preside a Comissão da Igualdade Racial, nesta Casa, com muita propriedade.

O Sr. BIRA CORÔA LULA:- Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Eu quero saudar toda a Mesa, e me permita não nominar a todos e todas, pelo tempo. Mas saudando a nossa deputada Maria del Carmen, quero saudar todas as representações da Mesa e, ao mesmo tempo, destacar o quanto é importante ter, nesta Casa, uma parlamentar como a deputada Maria del Carmen, que tem sensibilidade, senso de responsabilidade, que está imbuída no compromisso de defender os interesses da nossa sociedade e de representar segmentos estratégicos e importantes – por que não dizer pilares de uma sociedade mais digna, mais igualitária, mais justa e mais participativa –, que traz para esta Casa uma sessão especial como a de hoje. Celebrar o dia nacional dos conselheiros tutelares não é apenas festejar, é trazer para esta Casa, também, a responsabilidade com a nossa infância e com a nossa juventude.

As gerações mais recentes são, sem dúvida alguma, as grandes presas dispostas e cooptadas pela marginalidade, pelo crime organizado, em todas as suas vertentes; são vítimas de um distúrbio social que começa pela desintegração da família, pela desassistência do estado, pela ausência de acompanhamento, pela ausência de oportunidades e, também, pela segurança e garantia dos seus direitos. E, apenas, nós atribuímos a eles o senso da responsabilidade, quando se quer... damos a eles o direito de escolha.

Eu queria dizer, nobre deputada, da minha satisfação de poder estar participando de uma audiência como esta, uma sessão especial que trata com carinho, com respeito, mas, acima de tudo, com o compromisso com a nossa infância e com a nossa juventude. Celebrar o dia nacional dos conselheiros e conselheiras tutelares é ir além de uma data festiva, é reconhecer o trabalho insensato, incansável que homens e mulheres dedicam a nossa sociedade. Olhar um jovem, olhar uma criança, assegurar a

elas os direitos, defendê-las e acima de tudo enfrentar a tirania de alguns que tentam transferir as suas responsabilidades para os mais jovens e aqui já foi abordado.

Nós estamos, talvez, no pior momento político-social e econômico do nosso país. Por um descuido o Brasil elegeu alguém que não tem compromisso com o povo brasileiro. Que durante as peças de campanha já mercava ações que negam direitos constitucionais conquistados principalmente para as futuras gerações. E aí a gente vê a discussão da redução da maior idade penal. Nada mais, nada menos, do que querer transferir a ausência do estado e acarretar com punições as grandes vítimas dessa ausência que são as crianças e os adolescentes.

É o nosso papel, é o nosso dever fazer enfrentamento. Não ter a coragem de estar aqui se posicionando contra o instrumento utilizado pelo segmento do estado que nega o direito da sociedade e que justifica atrocidades em nome do estado, que são, sem dúvida nenhuma, quando nós falamos das ações policiais. Nós estamos enfrentando um verdadeiro genocídio da juventude, prioritariamente da juventude negra pelas ações que são implementadas pelo crime organizado, mas também pelo estado através de segmentos ou de prepostos da própria polícia.

E o argumento prioritário que a gente vê é exatamente o auto da resistência. Um vago argumento utilizado para justificar a ação inconsequente e irresponsável de alguém que em nome do estado mata, que em nome do estado violenta. Então a gente precisa parar bem nessa discussão. E são os conselheiros tutelares que são os responsáveis para conduzir menores em situações de risco, de acompanhar menores e familiares no processo de violência e de muitas vezes identificar quando a violência surge do seio da sua própria família. E são também responsáveis por enfrentar e confrontar com as ameaças que provem a partir da sua atuação.

Então celebrar o dia de hoje é exatamente reconhecer, e eu queria ao concluir, nobre deputada, além de parabenizá-la por essa sessão especial, eu queria agradecer, agradecer na condição de educador, agradecer na condição de pai. Agradecer na condição de um parlamentar dessa Casa que conduz uma comissão que é a Comissão Especial de Promoção da Igualdade e do Combate a Intolerância Religiosa. Agradecer aos conselheiros e conselheiras pela dedicação, pelo compromisso, pelo trabalho e pela assistência que vem dando a nossa criança.

Sem dúvida alguma, se não fosse o trabalho dos senhores e das senhoras, se não fosse o cotidiano, o olhar, a sensibilidade, o senso de responsabilidade e compromisso, nós estaríamos vivendo uma situação muito pior da que estamos enfrentando. Essa garotada que ora estão em condições de risco, elas precisam ter oportunidades, precisam ter motivação, autoestima, ter acesso a uma educação pública de qualidade, ter acesso ao esporte, a cultura, não é? E também ter acesso, como muito bem foi colocado aqui, ao lazer, mas acima de tudo ter o respeito porque a gente não pode estabelecer limites quando a gente não respeita. Obrigado, a vocês.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Deputado, V. Ex.^a devia estar aqui sentado na Mesa, por favor. Como sempre brilhante na sua colocação, na sua

fala, agradeço aí a gentileza das palavras, parceiros que somos em muitas atividades nesta Casa, não é? O deputado Bira Corôa fará muita falta nesta Casa, já que, infelizmente, não conseguiu retornar para Casa, quer dizer, acredito eu que sim, torcemos nós que sim, não é? Porque, que o nosso governador tenha sensibilidade e convide, de forma que ele possa voltar aqui para esta Casa para continuar fazendo esse belíssimo trabalho que ele tem feito e que o povo, com certeza, de Camaçari principalmente, sentirá muita falta, o povo da Bahia, mas de forma muito especial Camaçari, que discutíamos ontem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Eu queria passar a palavra, conceder a palavra agora ao procurador chefe Luiz Carlos Gomes Carneiro, representante do Ministério Público do Trabalho.

Já estamos quase no final da sessão.

O Sr. LUIZ CARLOS G. CARNEIRO:- Boa tarde a todos e a todas, queria cumprimentar a Mesa alta na pessoa da nobre deputada Maria del Carmen, cumprimentar as demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, é um dia muito especial, a data de hoje, onde acertadamente a deputada tomou por bem homenagear os conselheiros tutelares, em referência ao Dia Nacional dos Conselheiros Tutelares, 18 de novembro, pessoas que desempenham uma missão importantíssima nessa nossa República. Os conselheiros tutelares como muito bem pontuado pelo próprio hino da instituição, eles são os olhos da sociedade, mas eu diria, deputada, que eles são mais do que os olhos, os conselheiros, eles fazem também a função de dedos e mãos da nossa sociedade porque são eles que, efetivamente, têm o primeiro contato com aquelas crianças e adolescentes, eles que pegam inicialmente nessas crianças em situação de vulnerabilidade e oportunizam um caminho juntamente com a rede de proteção.

Parabenizar, especialmente, os 30 mil conselheiros tutelares da nossa República, de uma forma muito carinhosa os 2.500, aproximadamente, conselheiros tutelares da nossa Bahia, e dizer que o Ministério Público do Trabalho, ele é um parceiro do conselho tutelar, nós fazemos parte de uma rede de proteção constituída por outros órgãos, como: a Superintendência Regional do Trabalho, o Ministério Público estadual e demais instituições que juntas buscam – dentro das várias funções que o Conselho Tutelar tem, uma que se destaca especialmente e está alinhada com o Ministério Público do Trabalho –, é a erradicação do trabalho infantil.

No Brasil, nós temos dois milhões e meio de crianças trabalhando ilegalmente numa zona de desconforto que compromete a sua dignidade. O Conselho Tutelar, por meio de seus conselheiros, é essencial. Vocês são fundamentais para que se consiga erradicar essa chaga social que se chama trabalho infantil no nosso Brasil.

Então, juntamente com o Ministério Público do Trabalho e outras instituições, nós desempenhamos esse papel, é uma missão constitucional desses órgãos, e notadamente do Ministério Público do Trabalho.

Nós temos algumas atuações no âmbito da Bahia em conjunto com o Conselho Tutelar, essas atuações são praticamente semanais em todo nosso território. Existem projetos, campanhas, como o #ChegadeTrabalhoInfantil, que é promovida pelo

Ministério Público do Trabalho com o apoio do Ministério Público estadual, em parceria com o próprio Conselho Tutelar. Todos esses órgãos abraçam essa campanha que é fundamental.

Existem exemplos de atuações nossas também no Ministério Público do Trabalho em combate ao trabalho infantil, que conta também com o apoio dos Conselhos Tutelares. O Esporte Clube Bahia recentemente – falando de um caso concreto nosso, uma atuação recente do Ministério Público do Trabalho –, firmou um TAC com o MPT, se comprometeu a abraçar a campanha do #ChegadeTrabalhoInfantil. E, hoje, está no padrão oficial do Esporte Clube Bahia, tem uma tag, uma marca muito próxima do emblema do clube, no padrão oficial dos jogadores, com a qual eles vão jogar até o final do campeonato brasileiro, Brasileirão.

No ano que vem, na Copa do Nordeste e no Campeonato Estadual também vão usar essa marca de combate infantil, que é uma marca nossa, não é uma marca só do Ministério Público. É uma marca da sociedade brasileira e da sociedade baiana, e defendida pelos Conselheiros Tutelares.

Para ilustrar mais um pouco, deputada, ainda esta semana, segunda-feira, essa mensagem vai para os jovens que estão presentes aqui. Nós tivemos a honra, no Ministério Público do Trabalho, de dar posse a uma nova colega, uma nova procuradora do Trabalho que acabou de assumir, dia 19, segunda-feira, uma procuradora que vem do trabalho infantil, foi trabalhadora infantil doméstica e, com certeza, teve a luz dessa rede de proteção, que tem como seus dedos os conselheiros tutelares, e conseguiu trilhar um caminho de dignidade, um caminho de oportunidade.

Então, as crianças que estão jovens abracem as oportunidades, busquem a dignidade, o respeito. O direito de escolha é um direito fundamental. Ele está alinhado com a dignidade e oportunidade. Então, que os jovens do nosso Brasil, com o esforço dos conselheiros tutelares, possam ter direito de oportunidade.

Uma mensagem para os conselheiros que estão presentes aqui e todos da Bahia que desempenham essa função importantíssima: O desafio é imenso, ele é para todos nós, não é fácil para ninguém. A grama do vizinho nem sempre é mais verde, nem a água da piscina é mais clara.

Tenhamos perseverança. As perspectivas são aquelas que nós acreditamos possíveis. Não desistam da missão de vocês, ela é muito nobre, é dignificante. Lutem pelo que vocês acham que é necessário. Lutem pela dignidade e pelo respeito da categoria de você. Vocês merecem, sim, estrutura, merecem apoio e merecem o foco, não só do governo, não só do município, mas também de toda sociedade.

Encontram no Ministério Público brasileiro – falando do nosso em particular –, no Ministério Público do Trabalho, um parceiro institucional fortíssimo para o desempenho das missões atribuídas, não só pelo ECA, no seu art. 131, mas também pela Constituição Federal. Lá no art. nº 135 do ECA está muito claro, em letras gritantes: a função do conselheiro tutelar tem um relevante papel social. Não se esqueçam disso, se façam gigantes, porque vocês são muito importantes. Parabéns! Vida longa aos Conselhos Tutelares da Bahia. Uma saudação especial aos conselheiros!

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Obrigada, Dr. Luiz Carlos, por suas palavras; nos somamos a elas.

Vou conceder a palavra ao Dr. Rodrigo Rocha Guedes, representando Dr.^a Marli Barreto, procuradora de justiça e coordenadora do Coaca do Ministério Público do Estado da Bahia.

O Sr. RODRIGO ROCHA GUEDES:- Boa tarde a todos. Gostaria de saudar os membros da Mesa, especialmente a nobre deputada Maria del Carmen.

É um prazer inenarrável estar aqui com vocês hoje, principalmente representando Dr.^a Marli Barreto, a coordenadora recém-empossada no Ministério Público do Estado da Bahia que vem desempenhando seu papel de forma muito aguerrida, muito combativa e muito dedicada.

Para um neófito como eu na área da infância e da juventude, acho que seria até desnecessário tecer maiores considerações diante de tudo que já foi dito por todos os presentes. Mas eu gostaria de trazer uma reflexão, hoje. Ainda ontem estávamos eu e Dr.^a Marli Barreto participando de uma palestra em uma universidade aqui de Salvador. E um dos palestrantes, já no alto do desenvolvimento de suas palavras, falou de forma muito enfática: “É impressionante como nós, hoje, vivemos em um contexto social em que precisamos de um manancial de normas, de um manancial de leis, de um vasto acervo de dispositivos legais que venham a dizer e a afirmar que as crianças e os adolescentes têm o direito a acessar requisitos tão básicos a sua sobrevivência, a sua subsistência, para que eles, de fato, possam acessar a dignidade”.

É impressionante como nós vivemos em um contexto social em que precisamos que a Constituição Federal, em seu art. 227, afirme que as crianças e os adolescentes têm direito a coisas tão básicas, como alimentação, saúde, moradia, e imponha esses deveres à sociedade, à família e ao Estado. É impressionante como nós, ainda hoje, no século XXI, ano de 2018, ainda tenhamos de conviver com o total desrespeito a esses direitos e a essas garantias, que são asseguradas.

Mas invoco um sábio ditado popular – na verdade, esse ditado popular me veio na hora, naquele momento em que eu escutava as palavras do palestrante, as palavras daquele professor – de que não existe nenhuma realidade ruim, não existe nenhuma realidade negativa que nos faça sofrer e que a gente não possa extrair algum ponto positivo daquilo; em que a gente não possa de fato enxergar alguma coisa que seja engrandecedora naquela realidade e que nos faça crescer como seres humanos.

E o que eu extraio de toda essa realidade de sofrimento e de pesares que eu vejo, hoje, em minha realidade atuando no Ministério Público do Estado da Bahia, realidade que atinge crianças e adolescentes?...

Nós temos profissionais aguerridos, combativos e dedicados que – como foi dito pela nobre companheira – estão ao lado do Ministério Público da Bahia há tanto tempo, muitas vezes ganhando salários irrisórios. Mesmo assim, essas pessoas estão

de domingo a domingo exercendo o seu trabalho, exercendo o seu labor com dedicação, com afinco e de forma combativa e dedicada.

Nesse manancial de realidade de sofrimento, de muitas agruras, nós enxergamos profissionais dedicados, imbuídos do sentimento de proteger e de salvaguardar o direito das crianças e dos adolescentes. Hoje, é justamente a vocês que eu gostaria de direcionar a minha saudação e o meu muito obrigado. Muito obrigado por se dedicarem tanto, por se dedicarem de forma tão combativa à proteção das crianças e dos adolescentes.

Engraçado, quando cheguei aqui eu estava refletindo um pouco sobre toda essa realidade. Eu reflito e penso muito sobre tudo que está ao meu redor, e escutei um dos jovens que aqui estavam manifestando uma certa surpresa com a beleza desta sala. Olhava para o teto, olhava para a Mesa, manifestava muito espanto com a beleza dos quadros, enfim.

Eu gostaria de direcionar esta palavra a você, mas que esta palavra seja extensiva a todos que aqui estão presentes: é dever desta Casa, é dever do Ministério Público do Estado da Bahia, é dever da Defensoria Pública, é dever do Ministério Público do Trabalho e é dever do Poder Judiciário trabalharem pelo bem de todos vocês.

E não se enganem: um dia vocês poderão estar aqui ocupando este lugar; um dia vocês poderão estar ocupando esta tribuna; um dia vocês poderão estar ali no Tribunal de Justiça, no Ministério Público, enfim, em qualquer lugar que desejem de fato estar.

Vocês se empoderem desse sentimento, se empoderem dessa verdade. Busquem, de forma efetiva, o futuro de vocês. De fato, a realidade não é branda; a realidade é complicada. Mas acreditem e continuem caminhando. Existem pessoas lutando por todos vocês.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Obrigada, Dr. Rodrigo.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Já encerrando a nossa atividade, eu queria agradecer a todos os nossos convidados que estão conosco compartilhando a Mesa, representações importantes. Também queria agradecer aos conselheiros tutelares, especialmente a Antônia, que nos trouxe a possibilidade de estarmos aqui hoje discutindo, debatendo, ouvindo e comemorando.

Quero agradecer a presença dos jovens, dos adolescentes do projeto Dr. Jesus, tocado pelo deputado Sargento Isidório; agradeço a cada um dos conselheiros tutelares que aqui vieram, com a certeza de que no próximo ano vamos estar aqui outra vez comemorando.

Comemoração não apenas por esta data. Como aqui foi dito por mim e pelo deputado Bira Corôa, o propósito não é somente comemorar, o propósito é chamar a atenção da sociedade sobre a importância do trabalho que vocês realizam.

Se a gente fizer uma enquete, Antônia, na sociedade, com certeza muitos não saberão qual é o papel do Conselho Tutelar. Nós sabemos das dificuldades, inclusive no momento eleitoral, para convencer as pessoas a irem votar. Ainda não é claro para a população que este é mais um exercício de cidadania: escolher conselheiros tutelares que tenham, de fato, compromisso com aquilo que realizam.

Conclamamos as entidades que aqui estão para que tenhamos determinados cuidados, ainda necessários, na hora da escolha de conselheiros tutelares. Eu não posso deixar de dizer isso, porque em alguns momentos isso pode produzir até uma certa escorregada, para não dizer outra coisa. Então, é importante e necessário que os conselheiros tutelares sejam de fato aqueles que representam esses jovens que aqui estão e muitos outros que temos neste país, neste estado, nessa cidade. É fundamental que não sejam aqueles que tenham outro tipo de comportamento ou de ação.

Vocês são extremamente importantes com o que fazem, da forma como fazem; a maioria de vocês, efetivamente, tem compromisso. Mas é preciso que alguns poucos que ainda não veem o conselho com a amplitude que ele tem, com a sua importância, não estejam ocupando esses locais.

Acho que todos nós, na hora de decidir no momento eleitoral, temos a responsabilidade de escolher aqueles que de fato nos representam, aqueles com os quais nós concordamos com os projetos, com as ideias. Enfim, aqueles que têm um projeto de estado, de nação, devem estar atentos no momento da mobilização para a escolha dos conselheiros tutelares.

Parabéns pelo trabalho que vocês desempenham, pela ação que vocês realizam! O nosso mandato é comprometido com vocês.

Antes de concluir, quero agradecer ao Dr. Ronildo, ex-conselheiro tutelar de Itabuna que está aqui também.

Em nome da ALBA, agradeço a presença das autoridades civis e militares, dos amigos, da imprensa. Agradeço também àqueles que nos assistem pela TV Assembleia ao vivo e também aos que nos assistirão depois, já que esta audiência está sendo gravada e será reproduzida.

Em nome do Deus que nos guia, declaro encerrada esta presente sessão especial em comemoração ao Dia do Conselheiro Tutelar.

Obrigada. (Palmas)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.